



GÊNERO E DIVERSIDADES NA ESCOLA: UMA POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E DE ADULTOS EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (ES).

Guilherme Augusto Maciel Ribeiro (1); Ana Paula Brasil (2); Brenda Odete Pfeiffer de Araújo (3);
Edmar Reis Thiengo (4)

Autor (1); Co-autora (2); Co-autora (3); Orientador(4)

*Programa de Pós-graduação em Educação
Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática – IFES/ Campus Vitória (ES)*

gamribeiro@gmail.com; anapaulabrasil.2012@gmail.com; brenda.bio@hotmail.com; thiengo.thiengo@gmail.com

RESUMO: Lidar com as diversidades no contexto educacional aflige os mais variados profissionais, sobretudo quando se trata da diversidade sexual e de gênero presentes na Educação de Jovens e de Adultos (EJA). Diante desta constatação, buscou-se possibilitar um (re)pensar sobre a vivência da diversidade de gênero – e suas variações – no cotidiano escolar da EJA, ocasião em que foi promovida uma pesquisa participante com alunos e professores desta modalidade de ensino em uma Escola Municipal de Educação Básica de Cachoeiro de Itapemirim (ES). Nessa oportunidade foram realizadas entrevistas semiestruturadas, além da promoção de uma oficina para discussões sobre gênero, identidade de gênero e orientação sexual junto a esse público. Os resultados apontam para um estado de angústia e despreparo dos professores na relação com a questão em foco e sinalizam as marcas da discriminação e do preconceito, quase sempre caracterizadas por posturas homofóbicas, nas vivências destes sujeitos durante sua docência. Esse cenário se configura como um campo fértil para estudos acerca da temática das diversidades. Obteve-se, ainda, que os profissionais analisados desejam buscar na formação continuada uma capacitação que permita orientá-los para o aprimoramento de suas práticas educativas levando-se em consideração não apenas a inclusão de alunos com deficiências, mas a inclusão social de grupos marginalizados em virtude de uma representação social de sexualidade e de gênero dissonante do perfil hegemônico vigente na sociedade e, portanto, nos ambientes formais de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Educação e diversidade, Educação de Jovens e Adultos; Inclusão social; Formação continuada; .

INTRODUÇÃO:

A Educação de Jovens e Adultos é marcada por constantes rupturas, pelas quais passam os alunos que dela se utilizam como forma de prosseguimento nos estudos. Seja

pelas impossibilidades provocadas pelo mundo do trabalho ou pelas intervenções sociais, culturais e pessoais, o público participante desta modalidade de ensino é marcado pela marginalização “[...] do direito



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ao acesso e a permanência à escola pública de qualidade, por fatores de idade, de classe e *também por discriminação por orientação sexual*” (CRUZ & FERREIRA, 2013, p. 05).

Não obstante, insere-se neste contexto de descontinuidade, o abandono aos estudos provocado pela intolerância sexual, causada pela não aceitação de uma orientação sexual ou identidade de gênero divergente daquela preconizada por um padrão social e culturalmente instituído. Ainda de acordo com Cruz & Ferreira (2013), a diversidade sexual não encontra espaço para o debate e para a reflexão e ainda convive com a discriminação promovida contra aqueles que não se enquadram nos padrões da heteronormatividade.

Diante disso, a escola tem se caracterizado como um ambiente antagônico: se ela é tida como local da inclusão, da convivência das diferenças e do acesso democrático ao conhecimento, por outro lado, para aqueles que fogem à padronização por identidade de gênero (ou por opção não heterossexual), ela se configura com um local de sofrimento, de violência e ataque cotidiano à autoestima, abortando suas possibilidades de conquistas materiais e sociais futuras (SILVA, 2008). Isso nos direciona para o entendimento de que as relações sociais correntes, nos ambientes escolares, são cunhadas na “hierarquização de corpos”

(FOUCAULT, 2011), no sentido de delimitação de condutas desejáveis para homens e mulheres, com primazia no sexo biológico, em detrimento às variadas facetas explicitadas pelas identidades de gênero e das práticas sexuais (e de sexualidade) que se manifestam concomitantemente ao processo ensino-aprendizagem.

No campo da educação, a ocorrência de tais ações se alia à invisibilidade desta temática. Isso ocorre devido à predominância de um grande território da especialização e hierarquização do saber. A escola e o currículo são influenciados e determinados pelas territorializações do decalque científico dominante (DINIZ, COSTA & DINIZ, 2011, p. 325). Para Fernandes & Pereira (2013),

“percebe-se algumas práticas, tanto na escola quanto na sociedade, que se apresentam como uma “pedagogia do silenciamento”, que pode deixar claro: o que é diferente não merece ter os mesmos espaços democráticos de inserção à educação. Os que são diferentes não podem acessar os bens culturais e simbólicos na sociedade em que vivem, porque são ‘desviantes’, ‘forasteiros’, ‘estranhos’ à lógica perversa construída ao longo do tempo. Diante disso, a não discussão por parte da escola, dos livros didáticos, da sociedade, evidencia um silêncio naturalizado. Nesse sentido, o silêncio emudece os sujeitos envolvidos no processo educativo, pois suas vozes tornam-se abafadas, suas identidades tornam-se invisíveis e suas práticas afetivo-sexuais amputadas, deslocadas”. (FERNANDES e PEREIRA, 2013, p. 66)

Assim, considerando a heterogeneidade e a pluralidade corrente nos



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

espaços de ensino, sobretudo no contexto da EJA, concordamos com Silva (2010), na medida em que se torna emergente a formação dos docentes que atuam neste segmento de ensino, no sentido de contribuir para a desconstrução da ideia dicotômica e polar do binarismo sexual. Isso salienta a necessidade de superar as diferenças sexuais (e de gênero) como forma de se possibilitar a igualdade e, por conseguinte, assegurar a existência de um mundo mais humano e mais justo. Dessa maneira, a capacitação daquele que se propõe a lidar com a formação de jovens e adultos deve superar a visão cartesiana e reducionista do binarismo sexual atrelado à imposição do poder, de modo a promover novas significações com o encontro do outro.

Nas palavras de Silva (2010), é preciso pensar sobre a diversidade que compõe o público, dando voz aos sujeitos aos quais se destinam o fazer pedagógico da educação de jovens e adultos. Entendemos que prática docente tem uma grande força na construção de um ambiente escolar mais igualitário com relações sociais mais dignas e respeitadas. E nesse movimento, justifica-se a necessidade da formação do/as educador/as a partir das temáticas de gênero e sexualidade para que eles e elas tenham condições de mediar as relações sociais e enfrentar as práticas

discriminatórias e excludentes que permeiam o cotidiano da EJA.

Apesar de todas estas considerações, não observamos no contexto escolar da Educação de Jovens e Adultos de Cachoeiro de Itapemirim/ ES, o desenvolvimento de ações educativas, que contemplem a tratativa da diversidade sexual e de gênero. Destaca-se o fato de que não consta, nos registros escolares de nenhuma instituição de ensino municipal, a existência de sujeitos *trans*¹ matriculados em nenhuma de suas modalidades de ensino, assim como não há registros de funcionários na mesma condição identitária.

É fato que na área geoescolar transitam cidadãos que, por questões relativas à sexualidade e gênero se privam do acesso à educação por fatores variados, às vezes interseccionalizados: o fato de ser mulher casada, solteira e provedora do lar; de ser travesti, negro e de periferia; de ser homossexual lésbica, unida a uma parceira... Muitos são os motivos que distanciam essas pessoas da escolarização que lhes é garantida por direito. Este fato nos motiva para o desenvolvimento de uma intervenção investigativa, nos ambientes da Educação de Jovens e Adultos de Cachoeiro de

¹ Entendemos, nesta análise, por sujeitos *trans*, aqueles que são autodenominados como travestis, transgêneros ou transexuais.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Itapemirim/ES, com professores e alunos, a fim de se identificar possíveis fatores que se constituem barreiras para o acesso e a permanência destes indivíduos marginalizados.

Tais ações propõem minorar os atos de preconceito e de invisibilidade da manifestação da sexualidade de todos aqueles que já foram excluídos do contexto escolar, buscando estimular uma cultura de paz e assegurar o acesso aos direitos individuais, coletivos e difusos. Propõe-se também minorar o distanciamento causado pelo preconceito daqueles que sofrem com os dissabores por expressar uma sexualidade dissonante ao padrão socialmente exigido pelos mais variados setores da sociedade, sobretudo a cachoeirense.

METODOLOGIA:

Por se tratar de um assunto ainda encarado como polêmico no cotidiano social e escolar dos alunos participantes da Educação de Jovens e de Adultos (EJA), se propôs uma pesquisa participativa que, segundo Barbier (1994), trata-se de uma estratégia de intervenção baseada na construção de relações mais democráticas entre seus participantes. Sob esta premissa, se desenvolveu uma proposta de intervenção didático-pedagógica voltada para professores da EJA, com fins de

ofertar esclarecimentos e discussões sobre orientação sexual, identidade de gênero e sexualidade com foco especial para os professores deste segmento de ensino.

Para tanto, foi selecionada uma unidade municipal de educação básica do município de Cachoeiro de Itapemirim (ES) situada em região de vulnerabilidade social e que apresenta entre seus transeuntes, variações de formação religiosa, econômica, cultural e social bastante acentuadas. Se observa também, em sua área geoescolar, sujeitos *trans* afastados do ambiente escolar por motivos de preconceito. Esses fatores foram considerados favoráveis para a realização das discussões propostas. Foi aplicado um termo de consentimento livre e esclarecido para que os participantes pudessem ter ciência das atividades que seriam desenvolvidas, facultando-lhes sua livre adesão (ou não).

Inicialmente, procedeu-se a aplicação de um questionário semi estruturado, que objetivava identificar: a) a existência de momentos para a discussão sobre a temática proposta nesta intervenção durante as atividades de planejamento ou formação continuada em serviço por professores; b) a presença e a disponibilidade de materiais pedagógicos que abordem os assuntos suscitados; c) o nível de entendimento sobre sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual por estes professores; d) a



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

disponibilidade (ou não) dos professores para lidar com as temáticas levantadas por esta investigação, bem como as possíveis estratégias pedagógicas para o desenvolvimento de ações educativas para a discussão sobre identidade de gênero, orientação sexual e sexualidade.

Após o respondimento do questionário, foram organizados variados momentos para discussão sobre identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual, na modalidade oficinas, com duração de 02 (duas) ou mais horas, de acordo com a aceitabilidade dos participantes. Os recursos empregados para tais discussões partiram de textos informativos, a exibição de vídeos educativos, incluindo o filme “Transamérica”, dirigido por Duncan Tucker, além da realização de dinâmicas e de atividades previamente elaboradas com o intuito de promover não apenas discussões sobre as temáticas propostas, mas viabilizar o (re)pensar de práticas cotidianas de exclusão e preconceito em relação aos assuntos elegidos para as oficinas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Discutir a diversidade sexual e de gênero numa perspectiva de inclusão social de sujeitos *trans* é algo complexo, porém desafiador. Tal consideração se pauta devido

ao grande índice de recusa por parte dos professores em participar deste momento de reflexão sobre identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual. De um total previsto de 09 (nove) docentes, apenas 02 (dois) se dispuseram a participar destas discussões. Isso sugere o quanto há negação em relação a essa temática por docentes, o que indica o quanto ainda devemos avançar na oferta e promoção de reflexões sobre as diversidades no contexto formação inicial e continuada junto a este público.

Diante deste contexto, optou-se por estender a participação dos ciclos aos funcionários e aos alunos da EJA, embora este último grupo tenha sido limitado a apenas uma turma de EJA/ PROJOVEM, composta por 16 (dezesesseis) alunos, indicada pela direção escolar.

Definidos os sujeitos participantes envolvidos por esta proposta, ao se promover oportunidades para a discussão nas oficinas sobre os temas que permeariam a sexualidade, a orientação sexual e a construção histórico sociocultural de gênero, constatou-se o desconforto por parte dos participantes em refletir sobre outras possibilidades de atos performativos (sexual e de gênero) para além da visão binária *homem x mulher* da vida sexual. Não obstante, as expressões réprobas expressas por alguns partícipes,



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

demonstraram certo grau de inflexibilidade e até mesmo preconceito em relação à temática.

Quando provocados sobre a existência de homossexuais ou sujeitos *trans* frequentantes cotidianamente na escola, os alunos, professores e demais participantes foram unânimes ao indicar que não há ninguém que se encaixe neste perfil, o que motivou o ensejo de novas provocações sobre os motivos pelos quais os sujeitos *trans* não se fazem presentes. Após um breve momento de silêncio, e trocas de olhares, não houve nenhuma iniciativa para o debate sobre esta questão.

Afortunadamente, procedeu-se à exibição do vídeo “Transamérica”, recurso midiático selecionado para o prosseguimento dos debates. Nessa ocasião, novos discursos foram ensaiados, de modo a problematizar a transgeneridade e a homossexualidade no contexto social excludente. Não obstante, após a exibição de um fragmento do filme supracitado, algumas vivências pessoais afloraram, viabilizando uma discussão mais fértil e interativa, dado que nos relatos dos participantes, foram manifestadas denúncias de preconceito, de violência e de intolerância contra estas *posturas dissidentes*². Isso veio a contribuir significativamente com as

² Qualquer ato performático que fuja ao padrão heteronormativo preconizado pelo binarismo homem x mulher.

discussões e provocações realizadas nos momentos iniciais.

Outro fator a ser considerado é o despreparo dos professores participantes para a lida das temáticas propostas pelas oficinas. Nos discursos desses sujeitos, a composição curricular centrada na formação educacional e profissional dos estudantes não tornam fecundos os debates dessas temáticas em suas práxis educativas. Além disso, sinalizam que este é um campo complexo, que necessita de maiores inserções no cotidiano escolar, mas que não se sentem aptos para promoverem tais discussões, relegando a especialistas o papel de (in)formar seus estudantes para as diversidades.

Ainda há que se a ausência de materiais e orientações pedagógicas para a lida desses temas na sala de aula, denunciando a insuficiência na formação profissional inicial para as diversidades de gênero, sexualidade e orientação sexual. Assim, empreendendo uma análise dos currículos acadêmicos, percebe-se uma recente inserção destas temáticas nos processos de formação docente em nível de graduação. Porém, essa inserção está restrita à disciplinas eletivas ou, em sua maioria, optativas, o que demonstra a necessidade de sua inclusão na grade curricular obrigatória. Entende-se que assim como a sociedade sofrem transformações, os currículos



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

acadêmicos devem concomitantemente sofrer adequações para atender às novas demandas sociais. Não se pode permitir que as diversidades sexual e de gênero, assim como a orientação sexual sejam atreladas à Educação Inclusiva e Diversidades, onde a ênfase maior se dá às discussões sobre as deficiências, aos transtornos globais de desenvolvimento e à superdotação ou altas habilidades, relegando pouco tempo para a tratativa das diversidades sexuais.

Tais observações podem constituir um elemento negativo quando se pensa em uma inclusão social de sujeitos *trans* nos ambientes formais de ensino, o que poderia ser entendido por estes sujeitos marginalizados como nuances depreciativas e excludentes. Outrossim, cabe salientar que tais visões particulares, apesar de respeitadas no âmbito das discussões, revelam os caminhos que ainda necessitam ser percorridos para a lida destas temáticas nas escolas, ensejando novas investidas interventivo-pedagógica a fim de minorar esta percepção.

CONCLUSÕES:

Se a marginalização do acesso e da permanência dos estudantes *trans* na EJA, por questões sociais, culturais e econômicas, revelam os entraves que este segmento de

ensino enfrenta, por outro lado, ela acentua as divergências internas, veladas, correntes em seu cotidiano: a não aceitação do “diferente”. Pontua-se, aqui, ações formais de não aceitação ou estranhamento da diferença por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, que são pungentes nas interações humanas escolares e constantemente invisibilizados por situações de preconceito e intolerância, seja pela ação dos próprios alunos, seja pela displicência docente por não saber atuar como mediador neste tipo de conflito, sobretudo na EJA.

Iniciativas para o debate sobre orientação sexual, sexualidade e identidade de gênero contribuem positivamente para o (re)pensar das práticas cotidianas que invisibilizam ou inviabilizam a fluência da diversidade nos ambientes escolares. Trazer à tona tais inquietações é promover a cidadania daqueles que, por possuir uma *performance* sexual e de gênero dissonante àquela assumidamente normativa, são privados do gozo de seus direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988, incluindo o direito à educação, à igualdade e à liberdade.

Cabe salientar que a insuficiência dos insumos pedagógicos para a tratativa do tema nas escolas e a escassez de momentos de discussões nas formações de professores, seja no Ensino Superior ou nas formações

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



continuadas oferecidas pelas secretarias de educação sinalizam para uma dificuldade sobre a abordagem da diversidade de gênero nos ambientes escolares. Isso aponta para uma deficiência na formação inicial e continuada dos professores causada pela insuficiência ou esporadicidade de capacitações para tratar de questões vinculadas à temática suscitada.

Há muito que se discutir e problematizar sobre a inserção de assuntos polêmicos no cerne da educação básica brasileira, como a sexualidade, a orientação sexual e a identidade de gênero, sobretudo nos processos de formação inicial e continuada dos professores que lidam diretamente com a EJA.

Embora a escola seja considerada um ambiente de multiplicidade, qualquer transgressão à lógica binária é rejeitada, sugerindo que as experiências múltiplas da sexualidade (e de gênero) dissidentes, quando praticadas fora de seu lugar comum, são objeto de observação réproba de sujeitos sociais que por ela transita. Esse cenário nos revela o quanto ainda precisamos avançar nas discussões sobre esta temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALTMANN, Helena. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Revista Latinoamericana: Sexualidad, Salud y Sociedad**. n.13 - abr. 2013 - pp.69-

82. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872013000100004&script=sci_arttext>. Acesso em 20 de setembro de 2014.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro, 2004. 159p.

BRASIL. Decreto nº. 6.629/2008 – **Regulamento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem**. Brasília DF: Congresso Nacional. 04 de novembro de 2008.

_____. Lei nº. 9.394/96 – **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília DF: Congresso Nacional. 23 de dezembro de 1996.

_____. MEC. Parecer CNE/CEB Nº. 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, maio 2000.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado. Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. Disponível em <<http://copyfight.me/Acervo/livros/LOURO,%20Guacira%20Lopes.%20O%20Corpo%20Educado.pdf>>. Acesso em 01 de outubro de 2014.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação. In: **Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado de Educação do Paraná**: Curitiba, 2010.

CRUZ, Leyse da; FERREIRA, Maria José de Resende. **Desafios da EJA: o espaço escolar para as transexuais e travestis**. Disponível em: periodicos.ufes.br/gepss/article/download/389/1/3106. Acesso em 20 de setembro de 2014.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1995, v.1.

DINIZ, Francisco Perpetuo Santos; COSTA, Ana Cristina Lima da; DINIZ, Raimundo Erundino Santos. Territórios, Rizomas e o Currículo na Escola. **Ver a Educação**. v. 12, n. 2, p. 313-328, jul./dez. 2011

FERNANDES, Clodoaldo Ferreira; PEREIRA, Arioaldo Lopes Pereira. Sexualidades em trânsito: juventudes desviantes na escola. In: **Revista Ícone: Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**. V. 11. Jan. 2013. p 61-69

FOUCAULT, Michel. **Sexualidade, corpo e direito**. SOUZA, Luiz Antônio Francisco de Souza; SABATINE, Thiago Teixeira Sabatine; MAGALHÃES, Boris Ribeiro de Magalhães (Orgs.). Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

KHOURI, MauroMauro Michel El. **Rizoma e Educação: contribuições de Deleuze e Guatari**. In: XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social, 2009, Maceió. Disponível em <http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/198.%20rizoma%20e%20educa%C7%C3o.pdf>. Acesso em 02 de outubro de 2014.

MORIN, Edgard. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre (RS): Editoria Sulina, 2011.

_____. A religação dos saberes: o desafio do século XXI. 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.

SILVA, Jerry Adriani da. **Discutindo as relações de gênero e sexualidade na formação de educadores de EJA**. In: I Congresso Internacional da UNESCO de Educação de Jovens e Adultos- João Pessoa (PB), 2010: Universitária, v. 1. Disponível em <www.catedraunescoeja.org/GT03/COM/COM033.pdf>. Acesso em 18 de setembro de 2014.

SILVA, Joseli Maria. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. In: **X Colóquio Internacional de Geocrítica**. Diez años de cambios em el mundo, em la geografía y em las ciencias, 1999-2008. Universidad Barcelona, 2008. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/438.htm>>. Acesso em 29 de setembro de 2014.

SOUZA, Rodrigo Matos de. Rizoma deleuze-guattariano: representação, conceito e algumas aproximações com a educação. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Número 18: maio-out/2012, p. 234-259.